

PRECATÓRIO Nº 4.476 - DF (2017/0297759-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA
REQUERENTE : CRUZ & SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA. - EPP
ADVOGADO : NARA CRISTINA JUCA DA SILVA - AC001752
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de precatório oriundo da Execução em Mandado de Segurança n. 8.532/DF no montante de R\$ 76.560,08 (setenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e oito centavos) (fl. 1).

A União informou que há regularidade formal do precatório (fl. 9).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo pagamento deste precatório (fls. 11-12).

A Seção de Precatórios e RPV certificou a disponibilidade de dotação orçamentária para liquidação da ordem (fl. 17).

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do voto do relator, Ministro Sebastião Reis, em agravo interno nos autos da execução em mandado de segurança, determinou "o bloqueio dos valores referentes à correção monetária posterior a 25/3/2015, mais precisamente da diferença entre o valor decorrente da atualização feita com a TR e o valor em que utilizado o IPCA-E como índice, até que o Supremo Tribunal Federal encerre o julgamento do RE n. 870.947/SE" (fl. 449).

É o relatório. Decido.

Ante o exposto, nos termos do acórdão proferido pela Terceira Seção do STJ, **determino o pagamento do montante principal deste precatório, com a observação de que o valor controvertido deverá ficar bloqueado até posterior decisão do Juízo da execução.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente